

ISSN: 2319-0124

FAZENDAS EM MACHADO: concentração fundiária nos registros paroquiais de terras

(MG, 1855 – 1856)

Isaac C. RIBEIRO¹

RESUMO Apresentamos um relato de pesquisa sobre a concentração fundiária nos Registros Paroquiais de Terras das freguesias de Alfenas e Douradinho, especificamente no recorte delas que deu origem ao município de Machado (MG).

Palavras-chave: História Agrária; Concentração de Terras; Sul de Minas.

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresentamos parte dos resultados de pesquisas em dados referentes às fazendas que existiram no século XIX no território do atual município de Machado (MG). As conclusões são fruto de dois projetos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisas em Cultura Material – GPCM, sediado no IFSULDEMINAS, campus Machado. A análise dos dados foi realizada na perspectiva da História Agrária, buscando-se compreender a formação territorial do município a partir da fundação de fazendas no decorrer do Oitocentos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A principal fonte que utilizamos foram os Registros Paroquiais de Terras (RPT), realizados em atendimento ao Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regularizou dispositivos da Lei de Terras de 1850 (MATTOS, 2009: 18). Essa foi a primeira legislação sobre a propriedade fundiária no Brasil. Antes dela existiu apenas a Lei de Sesmarias, no Período Colonial. Com a independência do Brasil em 1822, o instituto das Sesmarias foi abolido, e até a promulgação da lei de 1850, predominou certa confusão no que dizia respeito ao tema, prevalecendo a posse como única forma possível de acesso à terra. O principal objetivo dessa lei era criar uma legislação moderna para o país instituindo a propriedade privada da terra e garantindo ao Estado o domínio sobre as ditas “terras devolutas”. A eficácia da lei no concernente ao domínio estatal de terras sem títulos foi questionável, sendo o seu principal resultado a legitimação da propriedade privada e a garantia de expansão da mesma, sobretudo para os grandes fazendeiros.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente trabalho foram lidos e transcritos em banco de dados, elaborado no *Excel*, 570

¹Professor de História, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: isaac.ribeiro@ifsuldeminas.edu.br

registros de terras somando os da freguesia de Douradinho (197) e os de Alfenas (373). Informações como nome do declarante e de suas terras, bem como a extensão delas puderam elucidar como se distribuía as terras e o padrão de ocupação das mesmas. Para a freguesia de Alfenas grande parte desses dados foram lançados. Porém, infelizmente, nos registros de Douradinho não foi declarada a extensão das terras, apenas o valor das mesmas. Todas as declarações foram analisadas qualitativamente, para se averiguar a localização geográfica dos terrenos declarados em ambas freguesias; e quantitativamente, no caso de Alfenas, para se determinar os níveis de concentração fundiária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período Imperial as freguesias (sinônimo de paróquias) eram também circunscrições administrativas do Estado, com atribuições religiosas e também cíveis. O atual território do município de Machado engloba terras que em 1855 e 1856 pertenciam a freguesia de Alfenas, no oeste do Rio Machado; e a freguesia de Douradinho, ao leste do mesmo rio. A colonização do oeste do Rio Sapucaí se deu a partir de meados do Setecentos (incluindo o entorno de Machado), após o extermínio e dispersão e/ou assimilação de remanescentes indígenas e dos quilombos do Campo Grande, em um período de declínio da mineração nas áreas centrais da capitania de Minas. Por essa época, São Paulo disputava essas áreas, e muitos paulistas já haviam se fixado na região, sobretudo no entorno de arraiais mais antigos, como Ouro Fino, Caldas, Cabo Verde, Santana do Sapucaí e Jacuí. O surgimento das freguesias que aqui abordamos se deram no começo do século XIX, momento de expansão do povoamento nas fronteiras abertas ao sul da antiga comarca do Rio das Mortes (com sede em São João del-Rei), área que a partir de 1799 pertenceria à vila de Campanha, “berço do Sul de Minas”, elevada de arraial a essa categoria naquele ano. Das duas freguesias aqui estudadas, o território de Douradinho foi o primeiro a ser colonizado, naturalmente por se localizar às margens do Rio Sapucaí, marco geográfico divisório na fronteira de expansão, e mais próximo de Campanha. Em 1803 já existia a capela de São João Baptista do Douradinho, e em 1813 foi criada a sua freguesia, desmembrando-a de Santana do Sapucaí. Já a freguesia de Alfenas foi criada posteriormente, por ato da Regência, de 14 de julho de 1832, sob o título de São José de Alfenas. Todavia, na documentação o nome corrente se firmou como S. José e Dores dos Alfenas (incluindo-se nessa as capelas de Machado e Areado) (BARBOSA, 1995: 21). No RPT de Alfenas foram transcritas 373 declarações, sendo umas delas a correção de outra. Totalizaram-se, portanto, 372 registros válidos. Em apenas 163 declarações (43,81 %) constaram a extensão dos terrenos. Nestas, dois declarantes registraram duas propriedades distintas com suas respectivas extensões, portanto, 161 sujeitos declararam alguma extensão de terra, somando juntos uma área de 76772,08 hectares. A maior parte desse território, 83,48% (64.086,44 ha), concentrava-se em mãos de apenas 38 indivíduos

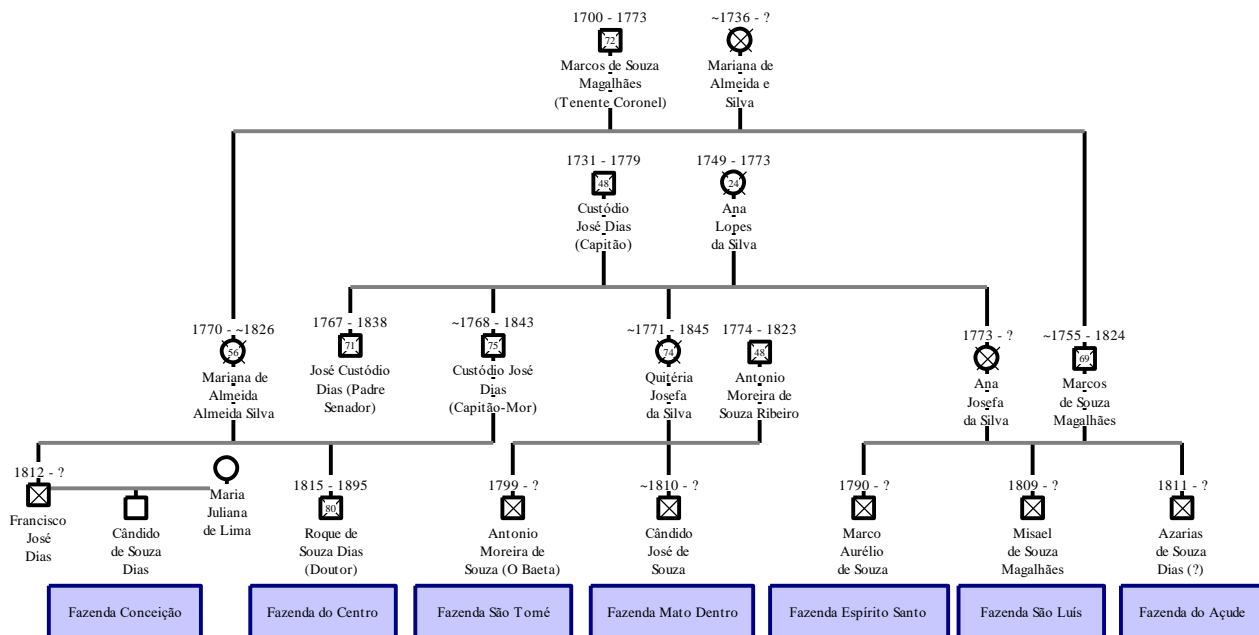
(23,6%), com um total de terras igual ou superior a 400 ha. É consenso entre pesquisadores que se dedicaram à História Agrária do Brasil Império que esse foi o marco divisor entre “grandes proprietários” e as demais categorias, considerando como parâmetro “a área média de uma fazenda de café no Vale do Paraíba (400 a 800 ha)” (CASTRO, 2009). Apesar de não representar a totalidade dos declarantes, a concentração fundiária na freguesia de Alfenas aproximava-se de localidades da província de Minas voltadas ao abastecimento interno altamente vinculadas ao comércio interprovincial (como São João del-Rei), e se distinguindo de municípios que se especializaram na agroexportação do café (à exemplo de Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro). É importante lembrar que o café ainda não era uma cultura expressiva no Sul de Minas quando da realização dos registros paroquiais de terra (1855 - 1856). À época, predominavam na região a agricultura e a pecuária voltada para o comércio de abastecimento. A cafeicultura sul-mineira viria a se desenvolver de forma tímida somente a partir da década de 1870. Dentre os 373 declarantes da paróquia de Alfenas, somente 21 manifestaram-se como moradores de Machado. Entre esses, apenas três não declararam a extensão de suas terras. Certamente muitos outros residiam em áreas que hoje pertencem ao município (como o Dr. Roque de Souza Dias), porém, naquele período os limites não eram tão claros, e, por via de regra, todos pertenciam à freguesia de Alfenas. Machado possui hoje uma área de 58.595,8 hectares, os terrenos declarados em 1855 e 1856 somaram 15.507,36 hectares (26,46% do território atual). A média geral de terras por declarante ficou em 861,52 hectares. Porém, se olharmos cada um desses registros, apenas 8 (44,44%) ultrapassaram 400 hectares (o marco das “grandes propriedades), e detinham juntos 93,63% da área registrada. Diferentemente dos dados gerais de Alfenas (23,60% - 83,48%), esse percentual aproxima a localidade de Machado dos percentuais encontrados para Caldas (MG), (35,73% - 87,28%), uma das regiões de povoamento mais antigo a oeste do Sapucaí. De fato, Machado estava mais próximo da vila de Campanha e dos arraiais mais antigos da região, por isso seu povoamento possivelmente iniciou-se, de forma mais intensiva, antes de Alfenas. De um modo geral, a concentração de terras foi a regra no período, e os dados dos registros nos dão bons indícios de que em Alfenas e Machado isso não foi diferente. Observamos que a máxima concentração se deu, efetivamente, na faixa acima de 800 hectares: a dos “maiores proprietários de terra”. Em Machado esse grupo era formado por apenas seis declarantes cujas terras, juntas, somaram 13.552,00 hectares, ou seja: um terço dos indivíduos concentravam 87,39% dos terrenos registrados. Abaixo dos “maiores proprietários” estavam os “grandes proprietários”, com terras entre 400 a 800 hectares, nesse grupo entraram apenas dois indivíduos, somando juntos 968,00 hectares (6,24% da área registrada). Do outro lado, na base da pirâmide, o grupo dos “menores declarantes de terras” (aqueles com até 50 hectares), era formado por 5 indivíduos que detinham juntos somente 159,72 hectares, ou seja: 1,03% da área total registrada em Machado. Por fim, o grupo

dos “declarantes de terras medianos” (com extensões entre 51 a 399,9 hectares) era formado também por 4 pessoas que somavam juntas 827,64 hectares (5,33% do total das terras declaradas).

5. CONCLUSÕES

Conclui-se que a formação territorial de Machado no século XIX, teve suas especificidades, porém não foi muito diferente do restante do país, prevalecendo a concentração fundiária. O que se destacou no levantamento é a capacidade de uma mesma família concentrar em suas fazendas a maior parte das terras declaradas na localidade. Dentre os seis maiores proprietários de terras de Machado em 1855 e 1856, cinco eram do mesmo grupo familiar: os Souza Dias (ver Diagrama 1). Esses foram, respectivamente: Antônio Moreira de Souza (F. de São Thomé, 3.872,00 ha); Cândido José de Souza (F. do Mato Dentro; 2.904,00 ha); Azarias de Souza Dias (F. do Açude, 1.936,00 ha), Misael de Souza Magalhães (F. de São Luiz, 1.936,00 ha); Cândido de Souza Dias (F. da Conceição e F. do Muzambo, 968,00 ha). Isso significa que uma só família concentrava 74,9% de toda a área registrada em Machado. Outros membros dessa família também constaram nos registros de terras com grandes propriedades, como o Dr. Roque, da F. do Centro (1936 ha), que não declarou residir em Machado, mas o território de sua fazenda atualmente pertence a esse município; e Marco Aurélio de Souza, na freguesia de Douradinho, onde possuía a F. Espírito Santo, cuja extensão declarou ignorar.

Diagrama 1 - Esboço genealógico dos Souza Dias proprietários de fazendas nos Registros Paroquiais de Terras de Alfenas e Douradinho no recorte do atual território de Machado (MG) (1855 - 1856)



REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.